

Nos tempos que correm é fácil reconhecer que existe um debate a nível nacional e internacional sobre aquilo que pode ser entendido como museu.

Longe vão os tempos em que todos sabíamos o que era museu. Museus de colecções, compradas, oferecidas ou pilhadas o importante para o museu era ter grandes vastas colecções, cheias de coisas raras e valiosos. Museus que demonstravam ao povo o poder dos seus patronos e dos seus donos, quer fossem privados, públicos. Monárquicos ou republicanos.

E nos tempos que seguiram o fim da II Guerra mundial estes museus de colecções ocuparam um lugar ainda mais relevante sobretudo se pensarmos na urgência de reconstruir o que os saques e bombardeamento tinham destruído por todos os países envolvidos. Foram os anos em que o ICOM teve um papel da maior relevância: Propondo orientações, reunindo meios financeiros, promovendo o ensino e a qualificação técnica nos diferentes níveis de formação

Mas a atividade desenvolvida neste campo em breve se alargou ao questionamento do lugar que os museus poderiam ou deveriam ter num mundo, tanto em reconstrução como em mudança. É assim que a UNESCO passou a ter um papel fundamental no equacionar dos diferentes desafios sociais e na construção de encaminhamentos que em breve se introduziram num número crescente de regiões e de países, incluindo por diversas razões, a parte do planeta que desde o fim dos anos 50 conseguiu libertar-se, mesmo que parcialmente dos processos coloniais.

A articulação entre a UNESCO e o Conselho internacional dos Museus (ICOM), desde a altura em que estas duas instituições foram criadas, tem sido permanente e tem permitido por em evidência como ambas têm podido colaborar por forma a contribuir para a solução de questões da maior relevância tanto do ponto de vista prático como do ponto de vista conceitual nos assuntos relativos aos museus e à museologia. Para lá dos projetos, em que estiveram em parceria em várias partes do Mundo, os quais deram o sinal inequívoco da relevância da dimensão patrimonial no desenvolvimento da humanidade, importa reconhecer o papel Unesco na elaboração e disseminação de documentos, fundamentais para a elaboração das mais diversas políticas públicas direta e indiretamente relacionadas com o campo do Património e dos Museus.

Pensamos em particular em documentos de alerta sobre determinados domínios da cultura construídos com a cautela que cada situação podia exigir em cada época, tais como: Convenção do Património Mundial Cultural e Natural (1972), Declaração sobre a Diversidade Cultural (2001), Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial (2003), Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005), Recomendação sobre a Paisagem Urbana História, (2011). Importa referir a criação do “Comitê Intergovernamental para a promoção do retorno dos bens culturais a seus países de origem ou sua restituição em caso de apropriação ilegal” (1978) na sequência de anteriores resoluções da ONU que trataram a questão da restituição de bens culturais no caso de conflitos armados (1954) ou da restituição em caso de apropriação ilegal (1973) como foi prática corrente durante o período colonial, para encher os acervos do que hoje são ainda considerados os “Grandes Museus”.

Esta “arquitetura” normativa, Convenções e Recomendações e Declarações, da UNESCO e de organizações internacionais (como o ICOM e o ICOMOS), ou regionais (como o Conselho da Europa) constituem um relevante conjunto de recursos para as práticas museológicas, intervenção no Património e para as políticas culturais.

Mas desde os anos 50 que a Museologia também foi pensada para lá da prática colecionista, dando lugar a um pensamento que questionava em geral o próprio lugar da Museologia na sociedade.

E aí as coisas começaram a ser mais complexas.

Título de exemplo podemos pensar num livro de Alma Witlin que desde os fins dos anos 40 colocou algumas questões essenciais sobre o lugar e a função dos museus

Museus são instituições ao serviço dos Homens (seres humanos)

Não são um fim em si próprios

O que podem os museus fazer em relação às necessidades incumpridas

Museus não são ilhas no espaço; devem ser considerados no contexto da vida exterior às suas paredes

Expor não basta; Expor as pessoas a experiências, não resulta necessariamente em conhecimento ou criatividade

Estas mesmas preocupações podem ser encontradas no já longo caminho do que viria a denominar-se de Nova Museologia (com todas as suas manifestações) e que actualmente se reconhecem no campo da Museologia Social. Também aqui dispomos de uma documentação que testemunha o evoluir dos conceitos, do crescimento da exigência que pretende que os museus sejam mais do que aquilo que as sucessivas definições do ICOM têm consagrado e que certamente revelam o contexto social de cada época.

A pioneira Declaração de Santiago de Chile 1972, de Quebec de 1984, de Caracas de 1994, e tantas outras onde se podem incluir também as importantes declarações do MINOM produzidas no seio das suas Conferencias Internacionais, (Rio de Janeiro, Havana, Cordoba, Bogotá,) e certamente de LUGO na Galiza em Outubro próximo.

Em todos estes documentos, que espelham os desafios de uma Museologia comprometida com o mundo que lhe dá vida, encontramos o sentido e os desafios que estas instituições enfrentam.

Por isso nunca é mais de referir a recomendação da UNESCO de 2015 onde não só se reconhece a complexa Função Social dos Museus como se recomenda aos países que as suas políticas públicas tenham em consideração tudo aquilo que os museus podem e devem assumir na sua prática quotidiana.

Função social

16. Os Estados Membros são encorajados a apoiar a função social dos museus que foi enfatizada na Declaração de Santiago do Chile de 1972. Em todos os países é crescente a percepção de que os museus desempenham uma função chave na sociedade, e constituem um fator de integração e coesão social. Nesse sentido, eles podem ajudar as comunidades a enfrentar as profundas mudanças na sociedade, inclusive as que levam a um aumento da desigualdade e à dissolução de laços sociais.

17. Os museus são espaços públicos vitais que deveriam dedicar-se a toda a sociedade e podem, portanto, desempenhar uma função importante no desenvolvimento de laços sociais e coesão, na construção da cidadania, e na reflexão sobre as identidades coletivas.

Podemos pois reconhecer que o debate sobre o lugar e a função dos museus tem para além da sua própria História, todo um enquadramento teórico que ajuda a compreender as práticas e a melhorar o seu desempenho. É disso que trata a Sociomuseologia, que enquanto Escola de Pensamento procura construir e problematizar como um corpo de conhecimento inserido no campo das Ciências Sociais.

Mas podemos também reconhecer que o debate sobre o lugar e a função do que se denomina com PATRIMÓNIO MATERIAL e IMATERIAL, está longe de ser compreendido e problematizado no campo da Museologia e da Museologia Social. No caso dos museus

normativos o seu património que é certamente o seu acervo, o Património tem sido objeto de uma vasta reflexão tanto no seio do ICOM como de muitas outras instituições académicas e profissionais

Mas quando pensamos o património no campo da Museologia social as coisas tornam-se mais complexas.

O acervo, as suas coleções para a museologia social está de facto longe de ter um entendimento claro, causando mesmo um certo desconforto.

Abordarei dois casos que de certa forma ilustram a dificuldade de compreender o lugar do património na museologia contemporânea.

No primeiro caso refiro-me ao muito falado Museu das Descobertas, dos descobrimentos, do achamento, das invasões e de tantas outras denominações o qual tem estado no centro de um debate público manifestado na imprensa nas redes sociais e nas televisões envolvendo a sociedade pessoas e instituições no campo da museologia

O Museu Nacional de Arte Antiga decidiu também entrar neste debate abrindo uma exposição denominada Museu das Descobertas. Mas as Descobertas, aquelas que têm mobilizado a sociedade não estão presentes.

Ao Museu Nacional de Arte Antiga pareceu oportuno levar a cabo a organização do presente projeto, abrigado sob a designação provocadora de Museu das Descobertas, num tempo que assiste a uma renovada atualidade do conceito de museu, amplamente ilustrada na febre constitutiva de novas instituições.

Enganam-se pois aqueles que procuram nessa exposição qualquer referência ao tal Museu das Descobertas.

Partindo do seu próprio Património (leia-se colecções) nada fala sobre o que é publicitado, mas tão somente da visão egocentrada do que consideram ser as funções de um Museu Normativo. Certamente diferentes daquelas instituições que segundo o MNAA “expressam a renovada atualidade do conceito de museu, amplamente ilustrada na febre constitutiva de novas instituições”.

Ou seja, como resultado de uma doença febril, infecciosa, uma espécie de Dengue Museológica que ameaça no fim de contas contaminar os museus imperiais.

Sobretudo se estes se vêm e cito :

A experiência do museu assenta no ato magnético e muito pessoal da contemplação, e esta, por seu turno, origina-se no valor insubstituível do objeto como testemunho intemporal e redentor da capacidade criadora humana.

No fundo trata-se de banalizar pela utilização de um acervo a ideia de Museu das descobertas. E que Museu é aquele usa os objetos como ato magnético e muito pessoal da contemplação

Apenas destoa uma referência descuidada ao Brasil ainda colónia. Numa vitrina cheio de camafeus e pregadeira e outros adornos é dito

A riqueza e a ostentação, espelhadas na vibrante multiplicidade de cores das gemas preciosas, foram a tônica predominante da joalheria portuguesa durante o século xviii, enriquecida por uma cada vez mais rica paleta cromática propiciada pela descoberta das minas brasileiras.

E pois verdade que se trata de uma de uma exposição com uma designação provocadora pois não foram as minas que foram descobertas mas tão somente o trabalho escravo a que foram submetidos os indígenas para regalo da joalheria portuguesa. Mas também ninguém esperaria dum museu imperial outra leitura, mais atenta aos direitos humanos. Por que é disso que se trata.

Afinal qual é o papel do Património neste discurso museológico?

Deste tipo de discurso também nos dá conta a presente exposição patente no Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa intitulada Plantas e Povos

Chamou-me a atenção uma vitrina onde estão expostos objectos provenientes das colecções do extinto Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) que pertenceram a Artur Murimo Mafumo, então preso numa cadeia de Tete e trazidos para Portugal

Diz-se num texto da Exposição que “ Joaquim Santos Júnior 1901-1990 chefe da Missao conheceu-o quando Mafumo se encontrava preso, e todo o seu instrumental apreendido pelas autoridades coloniais (e trazidos para Portugal.) Atraves da conversa estabelecida, foi possível recolher, não apenas os instrumentos e as mezinhas , mas também os seu receituários, anotados nos manuscritos de Santos Junior.

Por seu lado o então Diretor do Museu considerou numa entrevista ao Jornal Público que “Esta exposição é muito importante por várias razões. A primeira é porque dentro do museu não havia um espaço dedicado à botânica”.

Como é possível construir nos dias de hoje um discurso que já deveria estar esgotado 45 anos depois do 25 de abril, e pensávamos nós que deveria ter enterrado a ideologia colonial pelo menos para fora de instituições que teoricamente estão vocacionadas para a Educação, cultura e construção de um pensamento critico.

Cabe pois perguntar:

Não seria tempo de por exigência ética que mais não fosse, o Museu procurar Artur Murimo Mafumo ou a sua família e como forma de reparação pelo menos restituir o Património aos seus legítimos proprietários ?

Então onde ficamos quando falamos de Património?

Neste caso como em tantos outros não seria necessário recorrer ao complexo debate sobre a restituição do Património como decorre da leitura do Relatório Macron sobre esta temática.

Ficamos certamente no receio de que um tal processo podesse ser aplicado ao patrimonio de outros museus. Pelo nosso lado preferimos pensar que tal atitude apenas traria para o muhnac o reconhecimento de um dever que falta cumprir. Mesmo que com 65 anos de atrazo.

Pelo meu lado voltaria a ter orgulho no Museu onde trabalhei durante 15 anos.

Na verdade podemos constatar nestes dois casos que o Património (já não sabemos do que estamos a falar), apenas serve por um lado como suporte para a renovação dos valores coloniais e por outro lado como afirmação de uma museologia normativa á revelia do que podemos encontrar como orientação para os museus Normativos e sociais sintetizado na Recomendação da UNESCO.

Ou seja o OLHAR DO PATRIMÓNIO não sei se existe pois o que parece relevante é o sentido que cada um lhe atribui, mesmo que isso apenas sirva para confundir ou para reavivar valores que são alheios aos direitos humanos.

Talvez esta seja uma linha demarcadora para pensar o lugar do património na sociedade contemporânea. A linha demarcadora das fronteiras entre os diferentes fazeres museais.

Olhar do lado do património não é pois uma tarefa facil, se pensarmos na responsabilidade social que cabe aos museus que deveriam orientar a sua atuação, que mais nao seja pela recomendação da UNESCO.

Falar de património no meu entender é falar de direitos humanos